

REBES REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE



GVAAG - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS - POMBAL - PB
Artigo de Revisão

Breve histórico da educação especial no Brasil no ensino regular

Mércia Creuza Lucas de Moraes Noberto

Licenciada em Letras (Língua Portuguesa), aluna do curso de mestrando em Educação, Subjetividade e Interdisciplinaridade, ministrado pela SAPIENS

E-mail: mercia.creuzalmn@hotmail.com

Maria do Socorro Santos Pompeu

Diplomada em Pedagogia, aluna do curso de mestrando em Educação, Subjetividade e Interdisciplinaridade, ministrado pela SAPIENS

E-mail: socorrosantos.pompeu@gmail.com

Roselita Alves Dias Felipe

Diplomada em Pedagogia, pós-graduada em Educação Infantil e aluna do curso de mestrando em Educação, Subjetividade e Interdisciplinaridade, ministrado pela SAPIENS

E-mail: lilly_fizza@hotmail.com

Rozana Alves dos Santos Oliveira

Diplomada em pedagogia, pós-graduada em Educação Infantil e aluna do curso de mestrando em Educação, Subjetividade e Interdisciplinaridade, ministrado pela SAPIENS

E-mail: rozanaalves11@hotmail.com

Geilsa Medeiros Costa

Professora, diplomada em pedagogia, pós-graduada em Educação Infantil e aluna do curso de mestrando em Educação, Subjetividade e Interdisciplinaridade, ministrado pela SAPIENS

Email: geilsamc@hotmail.com

Resumo: Na atualidade tem-se discutido muito sobre a questão da Educação Inclusiva no Ensino Regular. Essa discussão vem acontecendo desde o século XIX até os dias atuais. Por isso, que este trabalho visa abordar posicionamentos de alguns teóricos para compreendermos melhor a temática em estudo. É neste contexto, que se pretende entender como a Educação Especial está sendo pensada no setor educacional no Brasil. O presente artigo tem como objetivo geral fazer um resgate histórico da Educação Inclusiva na escola regular através dos estudiosos e aprofundar os conhecimentos sobre a Inclusão dos alunos ouvintes, buscando uma visualização mais aprofundada das transformações que vem acontecendo na educação seja pública ou privada. Como também discutir a formação profissional docente frente aos desafios que são impostos em sala de aula para trabalhar com todos os tipos de deficiências e atender com dignidade e sem preconceito. Essa problemática tem afetado no desenvolvimento de suas práticas educativas, uma vez que boa parte dos professores em sua formação acadêmica não foram preparados para atender esses alunos como também a maioria das escolas não tem condições físicas para receber com qualidade esses alunos especiais. Mediante o exposto, este trabalho se constitui como um estudo bibliográfico e tem como objetivos específicos refletir e teorizar sobre o marco histórico da educação especial no Brasil na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Marco Histórico. Escola. Formação. Docente.

Brief history of special education in Brazil in regular education

Abstract: At present there has been much discussion on the issue of Inclusive Education in Regular Education. This discussion has been going on since the nineteenth century to the present day. Therefore, this work aims to address some theoretical positions to better understand the topic under study. It is in this context that we intend to understand how special education is being thought in the educational sector in Brazil. This paper aims to describe a historical survey of Inclusive Education in regular schools through scholars and deepen the knowledge on Inclusion of listeners students seeking a deeper view of the changes

that is happening in education is public or private. Also discuss how the teacher training face the challenges that are imposed in the classroom to work with all types of disabilities and meet with dignity and without prejudice. This problem has affected the development of their educational practices, since a good part of his academic training teachers were not prepared to meet these students as well as most of the schools is not fit to receive these special students with quality. By the above, this work constitutes a bibliographical study and has the following objectives reflect and theorize the historical landmark of special education in Brazil nowadays.

Keywords: Inclusive Education. Historic Landmark. School. Training. Lecturer.

1 Introdução

A presente pesquisa visa apresentar a partir de um estudo bibliográfico o marco histórico da Educação Especial no Brasil no Ensino Regular, levando em consideração as discussões de alguns teóricos a respeito da temática em estudo, como também refletir como o docente está atuando em sala de aula com esses alunos com necessidades especiais.

Outro aspecto que muitos estudiosos abordam é que muitos alunos tanto ouvintes como especiais fracassam porque boa parte dos docentes não recebeu a formação acadêmica adequada para saber lidar com esses alunos especiais, porque se trata de uma realidade comum tanto na rede pública como na rede privada. Por isso, que o professor deve conhecer melhor os pressupostos teóricos para poder adaptar tais teorias a prática, considerando principalmente o bom senso e adequação de cada sala de aula onde o mesmo leciona.

Mas, não podemos esquecer de que o profissional enfrenta outras limitações, como por exemplo, escolas que ainda não foram adaptadas para receber os discentes com qualquer tipo de deficiência, salas superlotadas, sem condições de desenvolver um bom trabalho e escolas onde a indisciplina está fora do comum, tornando um descaso muito grande seccionar na sociedade atual. A final, fatores como estes tem influenciado bastante na atuação profissional do professor.

Esta pesquisa considera a importância de resgatar a importância da Educação Especial no Brasil desde os primórdios até os dias atuais, prestando-se a responder algumas inquietações existentes acerca de como deve ensinar a alunos especiais junto com os alunos ouvintes na sociedade contemporânea, a partir da seguinte questão: Como desenvolver pesquisas que levem em consideração a formação do professor frente ao Ensino Inclusivo no Brasil?

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de aprofundarmos os conhecimentos sobre a problemática em estudo na tentativa de conhecer a realidade de como começou no Brasil a Educação Inclusiva na escola regular e sua dinamicidade no processo educativo, sabe-se que o

ensino está em crise por causa das transformações que estão ocorrendo no panorama educacional, como também as dificuldades que os docentes apresentam em relacionar as teorias a sua prática pedagógica, que exige dos professores de professores e alunos versatilidade e adaptabilidade.

Esse artigo tem como base teórica as pesquisas dos seguintes teóricos: BUENO, (1993), JANNUZZI, (1985), MENDES, (2006), como também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, (1996), Declaração de Salamanca, entre outros autores e leis que foram fundamentais para a realização deste projeto.

O trabalho de pesquisa desenvolveu-se sob um estudo bibliográfico científico, contando com dois momentos fundamentais. Sendo que no primeiro momento, foram selecionados os textos teóricos, com a finalidade de traçar o perfil do Ensino Inclusivo no Brasil, pesquisar como desenvolver estudos que levem em consideração a formação docente frente ao ensino reflexivo de Educação Especial no Brasil. Este momento foi indispensável para a realização deste trabalho.

Em seguida, foi realizada a escritura do projeto, que tem como objetivo geral: fazer um resgate histórico da Educação Inclusiva na escola regular no Brasil através dos posicionamentos de alguns teóricos e como objetivos específicos: aprofundar os conhecimentos sobre a Inclusão dos alunos com necessidades especiais com os alunos ouvintes e discutir a formação profissional docente frente aos desafios que são impostos em sala de aula para trabalhar com todos os tipos de deficiências atendendo com qualidade e sem preconceito. Este foi o momento mais gratificante da pesquisa, porque com base nas teorias estudadas, pode-se conhecer como a Educação Especial no Brasil começou e como está atuando na sociedade atual.

2 Revisão de Literatura

Mendes (2006), fala que desde o século XVI a história da educação no Brasil vem sendo traçada. Médicos e pedagogos daquela época já começavam a acreditar na possibilidade de educar os indivíduos considerados ineducáveis. Entretanto, naquele momento, o cuidado era meramente assistencialistas

e institucionalizado, por meio de asilos e manicômios.

No período imperial iniciou-se o tratamento de doentes mentais em hospitais em Hospitais psiquiátricos. Os institutos tiravam e isolavam surdos e cegos de convívio social, sendo que estes não necessitavam de tal isolamento. Começaram, neste período, tratamento no Hospital psiquiátrico da Bahia, em 1874. Embora, de forma lenta, após a reclamação da república, a educação especial foi se expandindo; em 1903 o Pavilhão Bourneville, no Hospital D. Pedro II (Bahia) foi instalado para tratamento de doentes mentais; em 1923 foi criado o Pavilhão de Menores do Hospital Juqueri e o Instituto Petalozzi de Canoas, em 1927 (BUENO, 1993).

No período colonial no ano de 1854 no Brasil, com D. Pedro II, que se encantou com o trabalho de José Álvares de Azevedo que apesar de ser cego, educou a filha do médico da família imperial. Com isso, o médico Dr. Sigaud criou o Instituto dos Meninos Cegos na cidade do Rio de Janeiro. Neste momento ainda não há preocupação com a aprendizagem. No ano de 1891 a escola passou a se chamar Instituto Benjamim Constant – IBC.

Em seguida, no ano de 1857, D. Pedro II criou o Imperial dos surdos-mudos que se deve a Ernesto Huet que veio da França com o pensamento de fundar esta escola para este tipo de necessidade especial. Que no ano de 1957 esta escola passou a se chamar de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Ainda neste período começou o tratamento para deficientes mentais. Porém:

A criação dessas primeiras instituições especializadas [...] não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguem, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergentes. Os que não o eram assim a “olho nu” estariam, incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada (JANNUZZI, 1985, p. 28).

No ano de 1948, foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que tem como um marco a ampla visão de direitos universais e garantia a educação para todas as pessoas, ou seja, nesta década surge a escola para todos.

O movimento de pessoas com deficiência ganha força política e social e novas discussões e debates surgem, na sociedade civil e nos grupos políticos, passando a orientar a legislação e a elaboração de novas políticas públicas. Em seguida, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos excepcionais - APAE no ano de 1954 que abre as

portas para o Ensino Especial com opção à escola regular.

Em 1961, acontece a inovação da LDB, que promulga a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garante o direito a criança com deficiência a Educação preferencialmente na escola regular, em artigo V.

Passado dez anos, acontece o retrocesso Jurídico, em 1971, é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que sua perspectiva era integrar os que acompanham o ritmo dos demais para a Educação Especial, ou seja, seriam segregados. Dentro deste conceito, de fato ainda não havia Educação Inclusiva. Entretanto, no ano de 1988 a Constituição Federal estabelece igualdade no acesso à escola. Sendo dever de o Estado dar atendimento especializado de preferência no ensino regular.

Depois de tantos anos de discussão a respeito da Educação Inclusiva no Brasil, apenas no ano de 1989 que é aprovada a Lei de nº 7.853 que determina crime o preconceito, mas esta Lei só é regulamentada após dez anos, 1999. Logo em seguida, no de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), diz é dever da família ou responsáveis a obrigação de matricular seus filhos na rede de Ensino Regular. Pois, é um ‘Direito Universal’, todos devem ter acesso à educação.

Em 1994 a educação especial brasileira sofre influencia externa, a Declaração de Salamanca define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas políticas públicas da Educação. Diante desta declaração, a Política de Educação Especial condiciona o acesso ao Ensino Regular aqueles que possuem condições de acompanhar “os alunos ditos normais”.

Já em 1996 surge uma crítica da LDB, onde a nova Lei, a mudança acontece apenas na teoria, pois atribuem as redes o dever de assegurar currículo, métodos, recursos e organização para atender as necessidades dos alunos. Deixando toda a responsabilidade na instituição na instituição de Ensino.

O Decreto criado no ano de 1999 de nº 3.298 afirma que a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define Educação Especial como ensino complementar. Em 2001 as redes abrem e divulga que é crime a recusa da matrícula de criança com deficiência o que impede o exercício dos direitos humanos, CNE/CEB2. Neste período cresce o número de crianças especiais matriculadas no Ensino Regular.

Diante de tantos debates, só no ano de 2002 que se pensou na Formação Docente, uma vez que este profissional apenas estava sendo obrigado a atender estes alunos com necessidades especiais sem

receber nenhuma formação seja acadêmica ou continuada. A Resolução CNE/CP1 define que a Universidade deve formar os professores em LIBRAS que a Lei nº 10.436/02 reconhece a língua brasileira de sinais meio legal de comunicação e expressão, como também a formação em BRAILE em Classe através da Portaria de nº 2.678 aprova normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do braile em todas as modalidades da Educação.

Entretanto, em 2003 a inclusão se Difunde e o MEC cria o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade que forma professores para atuar na disseminação de Educação Inclusiva. No ano seguinte 2004, o Ministério Público Federal reafirma o direito à escolarização dos alunos com e sem deficiência no ensino comum. A Organização das Nações – ONU concorda com o que foi exposto uma vez que todos têm direitos iguais, por isso estabelece que as pessoas com deficiência tenham acesso no ensino regular.

Em 2008, fim da segregação, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é entendida como uma modalidade transversal de educação, perpassando por todos os níveis, etapas e modalidades, assim define: todos devem estudar na escola comum. Diante desta iniciativa pela primeira vez o número de crianças matriculadas com deficiência no ensino regular ultrapassou os que estão na escola especial. Perante as informações que foram expostas o Brasil ratifica a Convenção das Pessoas com Deficiência, da ONU fazendo da norma parte da legislação Nacional.

3 Considerações Finais

Esta pesquisa foi bastante proveitosa porque pudemos conhecer melhor um pouco do marco histórico da Educação Inclusiva no Brasil, além de ser um marco considerável. Proveitosa porque constitui como trabalho científico, uma vez que reconhecemos que este campo investigativo, tem que ser abordado com clareza e objetividade. Por isso, para nós, é um desafio ministrar aulas aos alunos com necessidades especiais juntamente com os alunos ouvintes dentro do Ensino regular na sociedade atual.

Além disso, esta pesquisa marcou a nossa vida profissional, por ter despertado em nós uma inquietação. Por isso, precisa-se fazer uma reflexão sobre a questão em estudo, para que possamos buscar respostas mais concretas e efetivas que nos

leva a compreensão e explicação desde quando começou as discussões a respeito do Ensino Inclusivo no Brasil para tentar atender com qualidade esses alunos especiais na escola comum.

Considera-se ter atingido os objetivos sobre o estudo da temática em foco, porque com o presente trabalho permitiu-nos a constatar que os problemas existentes nas escolas para o atendimento com qualidade aos alunos especiais fazem um bom tempo que estão sendo discutido e até hoje ainda continua. Mas, isso pode ser resolvido se levar em consideração o bom senso e adequação das salas de aulas e a formação dos profissionais. Por isso, que os docentes precisam fazer uma reflexão sobre a sua prática pedagógica para atender as necessidades não só dos alunos com necessidades especiais, mas sim esses alunos junto aos alunos ditos normais com eficácia.

4 Referências

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

ESPAÑA. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas em educação especial**. Espanha: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do 'deficiente mental' no Brasil**. São Paulo: Cortes/Autores Associados, 1985.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set-dez. 2006.